

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO
O ambiente financeiro ainda parece ser algo distante para muitos de nós brasileiros. Mesmo as empresas têm dificuldades em tomar decisões financeiras em razão das muitas incertezas tanto no cenário econômico como no político. As decisões sobre novos investimentos empresariais dependerão da correta leitura do cenário econômico envolvendo, por exemplo, o nível de emprego e a renda das famílias. Por outro lado, as decisões das empresas sobre financiamentos estão ligadas às taxas de juros internas e externas, além da flutuação das moedas (câmbio). Então, quanto maior for o nível de incertezas, maiores serão os riscos de serem frustradas as expectativas dos retornos esperados. Os temas desta primeira aula têm a ver justamente com expectativas de retorno e riscos envolvidos nas decisões de investimentos e financiamentos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O PAPEL E O AMBIENTE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA RISCO E RETORNO TEORIA DO PORTFÓLIO CUSTO DE OPORTUNIDADE E CRIAÇÃO DE VALOR AULA 2 TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE (TMA) E VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE (VAUE) VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL) TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) PAYBACK E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE (IL) ANÁLISE DE INVESTIMENTOS SOB CONDIÇÃO DE RISCO OU INCERTEZA AULA 3 GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO E DE CAIXA GESTÃO DE VALORES A RECEBER ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO GESTÃO DE ESTOQUES GESTÃO DE PASSIVOS CIRCULANTES AULA 4 ORÇAMENTO OPERACIONAL ORÇAMENTO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS ORÇAMENTO DE CAPITAL PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE I PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE II AULA 5

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

AULA 6

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF, A. N. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. Trad. R. B. Taylor. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2013.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. Administração financeira. 10. ed. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2015.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPATIVO

AULA 5

O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012
- ALEXY, R. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTROLE INTERNO E EXTERNO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA
ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)

BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)

BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA

ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO

ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA

ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL

COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL

COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

NECESSIDADES DA COMUNIDADE

RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee>.
- BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília/ DF, 2017. Disponível em: http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP_7_edicao_Versao_Republicacao_2017_06_02.pdf.

DISCIPLINA: AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS
RESUMO
Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONTROLES INTERNOS POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NORMAS DE AUDITORIA INTERNA
AULA 2 CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO
AULA 3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA RISCOS DE AUDITORIA INTERNA AMOSTRAGEM EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA
AULA 4 EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO
AULA 5 ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA
AULA 6 GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC) O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS – ABR AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA
BIBLIOGRAFIAS
• CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

- MELO, M. M. de; SANTOS, I. R. dos. Auditoria contábil. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
RESUMO
A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO ARMAZENAMENTO DE IMAGENS
AULA 2 SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS OPERAÇÕES COM DRONES CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO
AULA 3 CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS A INTERNET DAS COISAS (IOT) APLICANDO SOLUÇÕES
AULA 4 FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICATIVOS MÓVEIS PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA
AULA 5 FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS DEEP LEARNING APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA ESTUDO DE CASOS
AULA 6 BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS

PLATAFORMAS DE GESTÃO CONCLUSÃO
BIBLIOGRAFIAS
ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA: PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)
RESUMO
Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O QUE É ACCOUNTABILITY LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
AULA 2 ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
AULA 3 ACCOUNTABILITY VERTICAL ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL) RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AULA 4 MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)

KPIS DE ACCOUNTABILITY

CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY

PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- ALPERSTEDT, H. D. Os 5 princípios da administração pública! Politize!, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-administracao-publica/>.
- ALVES, E. B. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

RESUMO

Sempre estamos avaliando o desempenho de tudo que existe e acontece ao nosso redor. Reflita um pouco e perceba que avaliamos o desempenho da economia, da política, da bolsa de valores, dos hábitos de consumo das pessoas próximas, do atendimento na padaria da esquina, do novo celular da moda, da potência do carro do vizinho, dos professores e alunos de uma determinada instituição de ensino e assim por diante. Logo, todos os dias avaliamos desempenhos de tudo, mesmo que não nos demos conta disso (Chiavenato, 2014). Contudo, devemos também lançar mão de análises mais técnicas sobre o assunto e, conseqüentemente, entender alguns tipos, métodos e ferramentas de avaliações de desempenho comumente utilizadas pelas organizações. Essas avaliações podem versar sobre diversos assuntos, como o desempenho financeiro, o organizacional ou o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

OBJETIVOS E PONTOS FRÁGEIS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

MÉTODOS TRADICIONAIS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 2

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA INTEGRADA

MÉTODOS COMPLEMENTARES: BSC E MATRIZ NINE BOX

FATORES CRÍTICOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 3

IMPORTÂNCIA E TIPOS DE FEEDBACK
RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 1)
RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 2)
RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 3)

AULA 4

PREMISSAS BÁSICAS DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
TIPOLOGIA DE COMPETÊNCIAS (PARTE 1)
TIPOLOGIA DE COMPETÊNCIAS (PARTE 2)
DESAFIOS E VANTAGENS DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

AULA 5

MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS
CAPTAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
SISTEMA DE RETRIBUIÇÃO E INCENTIVOS

AULA 6

A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E
PROFISSIONAIS
COMPETÊNCIAS EM TENDÊNCIAS
ESTRATÉGIAS DE RETENÇÃO DE TALENTOS
LÍDERES E A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

BIBLIOGRAFIAS

- ALVARÃES, A. Avaliação de desempenho. [S.l.]: [S.n.], 2015.
- AVALIAR. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam, [2008-2020]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/avaliar>.
- DESEMPENHO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam, [2008-2020]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/desempenho>.

DISCIPLINA:

ÉTICA, MORAL E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, moral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA
SOCIEDADE

AULA 2

O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –
CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO
PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA
GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E
SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO
PÚBLICA
O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E
SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA
A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA
ÉTICA NA VIDA PÚBLICA
A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-
MORAIS
A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O
PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E
A LEI N. 12.527/2011
A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS
COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.

DISCIPLINA:

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
RESUMO
Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADMINISTRAR É DECIDIR! DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO AULA 2 MODELOS DE ESTADO MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO MODELOS DE ESTADO AULA 3 O INESPERADO INCONGRUÊNCIAS MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO A IDEIA BRILHANTE AULA 4 GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE A REFORMA BRASILEIRA CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AULA 5 PROJETO INOVA GOV APRENDIZADO COM O INOVA GOV INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO AULA 6 TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS

MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.
- NOVAÇÃO. In: Wikipedia. [S.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inovação>.
- MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

DISCIPLINA:
GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desigual. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, históricos e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA
A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO
TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS
A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS
ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO
O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO
O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS
GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)
A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM
CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DISCIPLINA:

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades. A sociedade brasileira passou e está passando por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?
TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO
GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

AULA 2

OS BUROCRATAS
GRUPOS DE INTERESSE
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

AULA 3

AGENDA E ALTERNATIVAS
PROCESSO DECISÓRIO
IMPLEMENTAÇÃO
ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

AULA 4

BOA GOVERNANÇA
REDE DE GOVERNANÇA
ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
FORMAÇÃO DOS PLANOS
PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 6

MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CUIDADOS FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. ENAP. Formação de multiplicadores do novo modelo de planejamento, orçamento e gestão: módulo I. Brasília: Enap, 2002.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 173, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO
Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 FUNÇÕES DO ESTADO CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?
AULA 3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS
AULA 5 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO PLANEJAMENTO DA DESPESA PÚBLICA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA
AULA 6 INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS SOBRE AS RECEITAS SOBRE AS DESPESAS

SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaberes, 2017.